Resolução 03/2004 de 09 de setembro de 2004.

Fixa os subsídios dos edis e do presidente da Câmara Municipal de Taguaí para a Legislatura 2005 a 2008.

ANTONIO GABRIEL NATAL DE ALFENES, na qualidade de PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Artigo 1º. Ficam fixados os subsídios dos vereadores da Câmara Municipal de Taguaí, em R$ 550,00 (Quinhentos e cinqüenta reais) mensais e do presidente da Câmara em R$ 650,00 (Seiscentos e cinqüenta reais) mensais, que serão pagos em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, conforme disposto no §4º do artigo 39 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os subsídios fixados no caput são determinados de acordo com os princípios da legalidade, anterioridade, moralidade, publicidade e economicidade, sendo que não ultrapassarão a 20% (vinte por cento) dos subsídios dos Deputados Estaduais, obedecendo criteriosamente o estabelecido no inciso VI dói artigo 29, e inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal; observadas ainda as disposições da Lei Complementar 101/2000 (LRF).

Artigo 2º. As despesas decorrentes com o pagamento dos subsídios dos vereadores, vencimento dos servidores e encargos sociais, não ultrapassarão a 70% (setenta por cento) da receita anual da Câmara Municipal, conforme dispõe o §1º do artigo 29-A, da Constituição Federal, sob pena de crime de responsabilidade do Presidente da Câmara.

Artigo 3º. Para efeito do pagamento dos subsídios será tomada por base a freqüência dos vereadores às sessões realizadas mensalmente, computando-se inclusive as sessões extraordinárias, percebendo cada vereador,

proporcionalmente á sua presença às sessões ordinárias e extraordinárias, salvo no período de recesso, na forma do artigo 4 º.

Parágrafo único. As sessões extraordinárias realizadas no período de recesso serão indenizadas até o número máximo de 03 (três), o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor fixado como subsídio mensal, para cada sessão realizada.

Artigo 4º. Em caso de falta do vereador à sessão injustificadamente, será procedido desconto no valor a ser pago a título de subsídios, no importe de 20% (vinte por cento) do valor fixado no artigo primeiro para cada falta não justificada, até o limite de 05 (cinco) sessões.

Parágrafo único. No período de recesso, em caso de falta injustificada, além do não pagamento da indenização prevista no parágrafo único do artigo anterior, será procedido o desconto na forma do caput deste artigo.

Artigo 5º. Os subsídios de que trata a presente Resolução, serão alterada por lei específica, assegurada revisão geral anual sempre no mês de maio de cada exercício financeiro, a partir do segundo ano de vigência desta lei, sem distinção de índices, obedecendo ao inciso X do artigo 37, da Constituição Federal.

Artigo 6º. Serão justificadas para efeito de percepção do subsídio e da indenização, as faltas:

I- Por motivo de luto, até 8 (oito) dias, pelo falecimento de cônjuge, ascendente, descendente ou colateral, até o segundo grau;

II- Por motivo de casamento, até sete dias;

III- Por motivo de moléstia, mediante atestado médico, e;

IV- Por motivo de força maior, a critério da Mesa Diretora da Câmara.

Parágrafo único. O vereador que deixar de participar das votações, para efeito da percepção dos subsídios e da indenização, será considerado ausente, salvo se for considerado impedido e a Mesa Diretora concordar;

Artigo 7º. Sobre os subsídios dos vereadores e do Presidente da Câmara, incidirão o desconto do imposto de renda retido na fonte, de acordo com os parâmetros estabelecidos por Lei e outros extraordinários se for o caso, de acordo com a legislação vigente.

Artigo 8º. As despesas decorrentes com a execução da presente resolução correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento do exercício de 2005 e futuros, suplementadas se necessário, na forma da lei.

Artigo 9º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/01/2005.

Artigo 10. Revogam-se as disposições constantes de leis e resoluções em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUAÍ

Sala de Sessões Vereador Nico Manesco

Em 09 de setembro de 2004.

ANTONIO GABRIEL NATAL DE ALFENES
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PUBLICADO E REGISTRADO NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL, DATA SUPRA

FLÁVIO SÉRGIO VAZ PRADO
RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA